

PORtugal DIPLOMÁTICO



Visita de Emmanuel Macron a Portugal

Cimeira de ação sobre IA

Entrevista a Ana Santos Pinto

VIII^a EDIÇÃO

Fevereiro 2025



0 35545 62336 78 1

Índice

- Visita do Presidente da República à República Checa..... pág. 2
- Visita do MNE ao Médio Oriente..... pág. 4
- Portugal foi ao Brasil..... pág. 6
- Visita de Emmanuel Macron a Portugal..... pág. 9
- Entrevista a Ana Santos Pinto..... pág. 11
- A Cimeira de Ação sobre Inteligência Artificial..... pág. 21
- Operação Gladio e loja maçónica P2..... pág. 25

Visita do Presidente da República à República Checa

Por Maria Neves

Nos passados dias de 4 a 6 de fevereiro, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa realizou uma visita oficial à Chéquia. Durante a visita, houve uma reunião com o Presidente checo, Petr Pavel, onde se discutiram as principais áreas de colaboração. Nesta importantíssima ocasião, também se assinou um Memorando de Entendimento entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros de ambos os países. Marcelo Rebelo de Sousa aproveitou o seu tempo na República Checa para reunir-se com a comunidade portuguesa, visitar o Parlamento Checo e visitar vários locais culturais (como o Museu Técnico Nacional e o Mosteiro de Strahov).

Reunião de Estado entre ambos os presidentes

Durante a reunião de Estado entre os dois presidentes, estes discutiram as relações comerciais, de segurança, culturais e científicas mútuas, a cooperação na UE e na NATO e a necessidade de aprofundar e manter uma relação transatlântica sólida.



Marcelo Rebelo de Sousa com o Presidente checo, Petr Pavel (Foto: Correio da Manhã)

Como resultado desta reunião, o Presidente Petr Pavel afirmou que "Portugal é um exemplo de um país onde a distância não desempenha qualquer papel. Somos semelhantes em muitos aspectos, quer se trate da dimensão do território ou do número de habitantes, mas sobretudo nos nossos valores e na nossa abordagem da resolução dos problemas à luz da atual situação mundial."

Associado a este encontro repleto de discussões formais, os presidentes também visitaram conjuntamente o Museu de Tecnologia de Praga. No final da visita, o Presidente Marcelo estendeu um convite cordial a Petr Pavel para que este realizasse uma visita de estado oficial a Portugal.

Memorando de Entendimento entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros

Estabeleceu-se um Memorando de Entendimento entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, cujos principais objetivos são, por um lado, o estabelecimento de um quadro para a realização de consultas regulares sobre questões de interesse comum; por outro lado, este memorando promove iniciativas conjuntas de cooperação em áreas como a economia, a cultura, a ciência e a defesa.

Visita de Marcelo à Comunidade Portuguesa na República Checa

Embora o reduzido tamanho da comunidade portuguesa na República Checa, composta por cerca de 2202 cidadãos portugueses, esta desempenha um papel ativo e dinâmico na promoção da cultura portuguesa e no fortalecimento das relações bilaterais. Este papel dinâmico e ativo é caracterizado pelo forte apoio institucional do governo português corporizado na Embaixada de Portugal em Praga, na promoção de várias áreas, como a língua (com cerca de 700 checos a iniciaram cursos de língua portuguesa) e a cultura.



Marcelo Rebelo de Sousa com membros da comunidade portuguesa (Foto: Notícias de Coimbra)

Breve Contextualização das Relações entre Portugal e a República Checa

As relações entre estes dois países começam em 1993 com o reconhecimento do Estado Português à recém independente República Checa, no contexto do prolongado processo histórico da dissolução da Checoslováquia. Desde então, estabeleceu-se uma cooperação bilateral consolidada em várias áreas, como o comércio, a cultura e a tecnologia.

Mas a relação entre estes estados está maioritariamente enquadrada através de vários mecanismos multilaterais e organizações regionais, como, por exemplo, a União Europeia e a NATO (as principais organizações de cooperação). Desde a adesão da República Checa à União Europeia, em 2004, estes países têm trabalhado juntos no seio desta organização para concretizar os seus desejos, que, citando o Presidente Marcelo, se corporizam em “queremos uma Europa forte, queremos uma Europa unida, queremos uma Europa segura”. Já na NATO, ambos os países cooperam na defesa coletiva da região atlântica, na cibersegurança da instituição, etc.

Impactos desta Visita Oficial

Esta visita veio impulsionar novas colaborações e aprofundar as relações bilaterais entre estes países. Será a oportunidade para uma união com maior diálogo e cooperação entre países que juntos têm a mesma visão de quais devem ser as linhas de ação prioritárias a assumir no Sistema Internacional. Pois como diz Petr Pavel, “juntos, concordamos com a importância e o aprofundamento dos laços transatlânticos para a segurança e a prosperidade não só da Europa, mas também dos Estados Unidos, com o reforço e a racionalização da União Europeia e com o alargamento do espaço de cooperação bilateral.”

Visita do MNE ao Médio Oriente

Por Dario Vargas

Entre os dias 10 e 12 de Fevereiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, realizou uma visita de Estado a Israel, à Palestina e ao Líbano, após uma viagem ao Egito ter sido abandonada devido a uma deslocação de Rangel aos Estados Unidos da América.

Durante o primeiro dia desta visita, o ministro encontrou-se com o seu homólogo israelita, Gideon Sa'ar, assim como com familiares de reféns capturados pelo movimento islamita Hamas, reconhecido como grupo terrorista pela União Europeia, durante os ataques de 7 de Outubro de 2023 que iniciaram o conflito em Gaza. Durante uma conferência de imprensa conjunta com Sa'ar, Rangel louvou a libertação dos reféns israelitas e a entrega de ajuda humanitária à população palestiniana em Gaza resultante do cessar-fogo entre Israel e o Hamas, realçando que "os portugueses acreditam na solução de dois estados e num cessar-fogo" e que esta é a única forma de alcançar "um acordo de paz duradouro", apelando à comunidade internacional que contribua para promover o diálogo neste conflito, recordando também a presença de cidadãos portugueses entre os reféns. Adicionalmente, o ministro visitou o Yad Vashem, museu do Holocausto em Jerusalém, e encontrou-se com Daniel Seidemann, diretor da ONG Terrestrial Jerusalem, organização que procura identificar e vigiar desenvolvimentos na cidade que poderão desestabilizá-la ou criar crises humanitárias.



Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Rangel (esquerda) reunido com o Presidente de Israel Isaac Herzog (direita) (Foto: Gabinete do Presidente de Israel via SIC Notícias)

No segundo dia da visita, Rangel encontrou-se com o Presidente de Israel, Isaac Herzog, que agradeceu o apoio de Portugal relativamente à libertação dos reféns. Nesta reunião discutiram-se as relações bilaterais entre os países, bem como a situação regional. Posteriormente, o ministro português deslocou-se a Ramallah, sede da administração da Autoridade Palestiniana, onde se reuniu com o Primeiro-Ministro da Palestina, Mohammad Mustafa. Durante esta reunião, discutiu-se a importância de manter o cessar-fogo entre Israel e o Hamas bem como capacitar a Autoridade Palestiniana de modo a “viabilizar a solução de dois Estados”. Durante este dia Rangel ainda deslocou-se ao campo de refugiados de Am’ari, com o propósito de “conhecer o trabalho desenvolvido junto da comunidade palestiniana”.

No último dia desta viagem, Paulo Rangel deslocou-se ao Líbano, encontrando-se com o Presidente do país, Joseph Aoun, bem como o Primeiro-Ministro, Nawaf Salam, ambos recentemente inaugurados, pondo fim a uma crise governamental no país onde a posição de Presidente se encontrava vazia desde 2022. Nestes encontros discutiram-se o novo ciclo político no país, o papel da UNIFIL, missão das Nações Unidas criada em 1978 que visa garantir a paz entre Israel e o grupo militante Hezbollah, bem como os apoios financeiros e institucionais da União Europeia para com o Líbano, com Rangel a afirmar o apoio de Portugal ao retorno da plena soberania do Estado libanês.

Portugal foi ao Brasil

Por Rodrigo Fialho

Entre os dias 16 e 20 de fevereiro, circularam pelo país-irmão as mais altas figuras do Estado português. Por ocasião da Cimeira Luso-Brasileira, foram assinados 19 acordos bilaterais abrangendo as mais diversas áreas: da segurança e economia, à cultura e investigação.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deslocou-se ao Brasil a 16 de fevereiro em visita oficial. O convite surgiu por parte do homólogo brasileiro, Lula da Silva, na ótica da Cimeira Luso-Brasileira (19) e em jeito de redenção ao tratamento demeritório votado pela anterior administração brasileira ao Presidente português. Entretanto, juntou-se-lhes o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, para um jantar no Palácio Itamaraty (18).

O chefe do governo português rumou depois (20) a São Paulo para participar num fórum económico.

Segurança

De entre os acordos assinados estão alguns que concernem ao setor da segurança. O ónus foi colocado sobre uma maior colaboração no combate ao crime internacional organizado e ao terrorismo. Está em cima da mesa um acordo sobre a partilha de informação classificada.



Presidente Marcelo, Presidente Lula da Silva, Primeiro-Ministro Luís Montenegro e respetivas Primeiras-Damas, posam para foto no Hotel Itamaraty. (Foto: Miguel Figueiredo Lopes | Presidência da República)

Economia

Em comunicado oficial, o Governo português informou que os compromissos assumidos fortalecem a competitividade, “impulsionam o comércio e promovem um desenvolvimento sustentável e inclusivo” entre os dois países. Portugal insistiu no acordo comercial entre União Europeia e Mercosul, sob pena de outro bloco económico aproveitar a oportunidade. Falou-se, também, em harmonizar normas e certificações para facilitar o comércio.

Luís Montenegro reuniu-se com empresários da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) para tentar convencer os empresários brasileiros a investir no nosso país. Procurou desmistificar a pequena dimensão de Portugal que, alegadamente, frustraria empreendimentos. Conceptualizou-o como sendo uma porta de entrada

do investimento brasileiro à Europa. Um empresário, que preferiu não se identificar, comentou: "As construtoras que cruzaram o Atlântico estão redesenhandos os modelos dos prédios residenciais, impondo o luxo e oferecendo serviços que não são comuns entre os portugueses, como varandas gourmets, salas de cinema, quadras de esportes e espaços para *coworking*. Mas o governo luso quer muito mais e está disposto a oferecer benefícios fiscais e financiamento por meio de fundos disponibilizados pela União Europeia."

De resto, estão a ser discutidos, por exemplo, o crescimento sustentável do turismo, a conetividade logística entre portos, a cooperação no agroalimentar e a exportação de vinhos. Do Brasil vêm, principalmente, óleos de petróleo e minerais betuminosos. Já para a América, Portugal exporta, essencialmente, gorduras, óleos vegetais, aeronaves, peixes (congelados e frescos) e bebidas alcoólicas.

Inovação e qualificação

Aprofundou-se a parceria iniciada pela Universidade de Coimbra e a Fundação Oswaldo Cruz no setor farmacológico. Pensa-se na criação de um Centro de Inovação em Saúde Global. Por outro lado, trabalhou-se para o reconhecimento das qualificações de engenheiros e outros diplomados que atravessam o Atlântico. Vai ser, ainda, fomentado o intercâmbio de investigadores e estudantes entre os dois países.

Por fim, foram dadas pistas sobre entendimentos para acelerar a transição energética. O Presidente Lula da Silva classificou a COP30, a realizar-se em Belém (Brasil), como uma das mais importantes da História.

Cultura

Durante a cimeira Luso-Brasileira, destacou-se a entrega do prémio maior da literatura portuguesa – o Prémio Camões – à escritora brasileira Adélia Prado.



Adélia Prado, vencedora do Prémio Camões 2024 (Foto: Agência Lusa)

Por outro lado, quem passou pelo Palácio do Planalto pôde contemplar o Pavillon du Vin, obra de Joana Vasconcelos. Trata-se de uma estrutura metálica em formato de garrafão de vinho. Estiveram presentes, para além de inúmeras individualidades brasileiras, Paulo Rangel e Dalila Rodrigues, ministros portugueses dos Negócios Estrangeiros e da Cultura, respectivamente.

Assinaram-se, também, acordos sobre museus, língua e artes. Dalila Rodrigues e a homóloga brasileira, Margareth Menezes, mencionaram, no que respeita a um acordo da Rede de Bibliotecas, "não apenas uma dimensão técnica da biblioteconomia, mas também, e fundamentalmente, o trabalho de investigação, de valorização dos acervos". Prevê-se também a criação de um progra-

ma de circulação de artes e atribuição de bolsas a cargo da Direção-Geral das Artes (DGARTES), em Portugal, e da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), do lado brasileiro.

Num registo um pouco diferente, abordou-se o reconhecimento de blocos de Carnaval em Lisboa como movimentos culturais. O Presidente Lula acabou a meditar acerca do estado da democracia no mundo em consequência das redes sociais. Realçando a proibição de telemóveis nas escolas brasileiras, explicou que “não queremos que nossas crianças virem algoritmos”.

Entre a amizade e a xenofobia

Montenegro avaliou positivamente os entendimentos firmados, argumentando que deram “corpo aos 200 anos de relações diplomáticas” entre os países. Atentou à sua dimensão humana, tendo em conta as gigantescas comunidades estrangeiras que os países reciprocamente. Quanto aos rumores de discriminação contra imigrantes brasileiros, o Primeiro-Ministro garante que «os portugueses, na sua esmagadora maioria, esmagadora mesmo, não têm nenhuma, mas nenhuma tendência para fenómenos de xenofobia (...) Temos tolerância zero para quem tiver um comportamento dessa natureza». Neste espírito, o Presidente Marcelo irá assinar um decreto que beneficia a entrada no país de cidadãos oriundos de países de língua portuguesa (CPLP). Brasileiros e timorenses poderão mesmo entrar em Portugal sem vistos.

Ficou implícito que, num contexto internacional cada vez mais conturbado, os países devem procurar estreitar as suas relações bilaterais em salvaguarda da instabilidade económica e política potenciada por Washington. Os brasileiros “rejuvenescem a sociedade e cultura portuguesas”, concluiu Marcelo.

Visita de Emmanuel Macron a Portugal

Por Bruno Oliveira

Nos últimos dois dias de fevereiro, o Presidente francês, Emmanuel Macron, realizou uma visita de Estado oficial, tendo sido a primeira realizada por um Presidente francês há 26 anos.

No dia 27 de manhã foi recebido pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, na Praça do Império, onde também foram prestadas honras militares. De seguida, acompanhado pela primeira-dama francesa, Brigitte Macron, deslocou-se ao Mosteiro dos Jerónimos, local onde colocou uma coroa de flores no túmulo de Luís de Camões. Já no Palácio de Belém, Macron foi distinguido com a mais alta condecoração, o Grande-Colar da Ordem da Liberdade, e esteve reunido com Marcelo Rebelo de Sousa.



Emmanuel Macron e Marcelo Rebelo de Sousa (foto: Presidência da República)

Depois de um almoço com o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, Emmanuel Macron dirigiu-se à Assembleia da República, onde foi recebido pelos líderes das bancadas parlamentares e pelo Presidente da AR, José Aguiar-Branco. Após esta visita,



O Presidente francês fala com os jornalistas na Assembleia da República (foto: Correio da Manhã)

Macron e Montenegro estiveram presentes na cerimónia para a passagem de testemunho de Portugal para França da conferência das Nações Unidas sobre oceanos, que irá ter lugar em Nice entre 9 e 13 de junho deste ano. O dia terminou com uma visita a uma "fábrica de unicórnios" com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, e um jantar oficial oferecido por Marcelo Rebelo de Sousa, no Palácio da Ajuda.

O segundo e último dia foi marcado pela visita de Macron à cidade do Porto e pela assinatura de diversos acordos entre os dois países. O dia iniciou-se com a presença do presidente francês à Câmara Municipal do Porto, onde foi recebido pelo presidente da câmara, Rui Moreira, e por Luís Montenegro e onde recebeu as Chaves da Cidade. Na câmara da Cidade Invicta foram assinados diversos acordos bilaterais entre os dois Estados, nomeadamente incluindo um acordo de amizade, um acordo de cooperação franco-portuguesa e uma carta de intenções no domínio do armamento, com destaque para a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e a França.



Emmanuel Macron e Luís Montenegro assinaram protocolos bilaterais (foto: RTP)

O dia terminou com a participação do Presidente francês na sessão de encerramento do Fórum Económico Luso-Francês. À saída, Macron cumprimentou os cidadãos presentes que o esperavam, tendo depois agradecido o "extraordinário acolhimento, quer no Porto, quer em Lisboa". Esta visita foi marcada pelo conflito militar na Ucrânia e pelas relações transatlânticas, principalmente desde as negociações de paz entre a Rússia e os EUA e também depois do tenso encontro entre o presidente ucraniano e o seu homólogo americano, Donald Trump, na Casa Branca. Se na conferência de imprensa conjunta Montenegro salientou que o "processo de paz com a Ucrânia, com a União Europeia e com os parceiros transatlânticos" deve ser levado a cabo através de "diálogo e espírito de construção de plataformas comuns que aproximem os aliados que somos", Marcelo Rebelo de Sousa, por seu lado, defendeu a ideia de que os EUA estão a defender a Rússia. No final da sua visita, Macron afirmou que "há um agressor, que é a Rússia", acrescentando que "é necessário agradecer a todos os que ajudaram e que temos de respeitar aqueles que estão a lutar desde o início".



Macron e Montenegro no Fórum Económico Luso-Francês (foto: Governo)

Entrevista a Ana Santos Pinto

Este mês recebemos como entrevistada a professora universitária e investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) Ana Santos Pinto. Antiga Secretária de Estado da Defesa, consultora da ONU no projeto "Aliança das Civilizações" e Assessora para as Relações Internacionais do Ministro da Defesa Nacional do XVII Governo Constitucional, Ana Santos Pinto assumiu recentemente a presidência do grupo de peritos independentes para a revisão da abordagem da Aliança Atlântica ao flanco Sul e colabora com diversos meios de comunicação social portugueses. Entrevista realizada por Bruno Oliveira e Rodrigo Fialho.

Primeiro de tudo, gostaríamos de agradecer a disponibilidade para estar aqui hoje a responder às nossas questões. E a primeira é a seguinte: a professora assumiu recentemente a presidência do grupo de peritos independentes para a revisão da abordagem da Aliança Atlântica ao flanco Sul. Gostaríamos de perguntar quais é que foram as principais recomendações ou conclusões que retiraram?

Nós fomos nomeados, todo o grupo, que eu tive a honra de presidir, no dia 6 de Outubro de 2023. E sendo que o trabalho era sobre o Sul, portanto, Norte de África e Médio Oriente, no dia seguinte, dia 7 de Outubro de 2023, somos confrontados com os atentados trágicos em Israel. E, portanto, o grupo fica muito mais limitado e condicionado naquilo que é a forma de tratar o Norte de África e o Médio Oriente, porque teve um impacto muito significativo, e depois começa a guerra em Gaza, etc. E, portanto, a nossa primeira tarefa foi definir o que é que era o Sul da NATO. Nós tivemos várias discussões, o grupo tinha representantes de membros de todas as geografias da Aliança Atlântica, e aquilo que nós definimos, para depois podermos fazer as recomendações em função da geografia, foi o Norte de África, o Médio Oriente, o Sahel e as zonas marítimas adjacentes. Porquê? Porque também durante este trabalho, nós entregámos, fomos nomeados em Outubro de 23, e entregámos o relatório em Abril de 2024, foi um espaço relativamente curto, nós tivemos, por exemplo, aquilo que condicionou muito o comércio internacional, que



Ana Santos Pinto

foi a crise no Mar Vermelho. E, portanto, percebe-se que para além do Mediterrâneo, que é há muito trabalhado no contexto da NATO, o Mar Vermelho, que está dentro desta zona sul, aumenta aquilo que é a noção da segurança marítima da Aliança Atlântica. E, portanto, as nossas primeiras recomendações dizem respeito à própria estrutura e organização da Aliança Atlântica, porque é necessário rentabilizar os esforços. A Aliança Atlântica tem três grandes pilares: os Estados, o Secretariado Internacional, a componente política e diplomática civil, e a componente militar. E muitas vezes o diálogo, a comunicação, não ocorre fluidamente, e estes três pilares fazem a mesma coisa, uns em sobreposição aos outros. Portanto, a nossa primeira recomendação foi procurar criar um mecanismo de monitorização do que se faz para não haver repetição e para rentabilizar aquilo que são os esforços financeiros, políticos e diplomáticos.

A segunda recomendação é ouvir mais, ouvir mais os parceiros, porque a forma como a NATO se relaciona com os parceiros do sul é muito diferente da forma como a NATO se relaciona com os parceiros da zona leste. Com o leste os diálogos são muito mais regulares, são muito mais tangíveis, é muito mais verificável o que ocorre, as necessidades, etc. Com o sul não tanto, porque o sul tem o diálogo mediterrâneo, que tem a zona do Norte de África e o Médio Oriente, e depois tem a organização para a cooperação de Istambul, que são os países do Golfo, e os países do Golfo têm se aproximado significativamente à Aliança Atlântica, e são dois diálogos muito distintos. E, portanto, era necessário ouvir os parceiros, ouvir o que eles precisam, ouvir como é que eles veem a NATO e o que é que acham que a NATO pode contribuir.

Essas duas recomendações depois resultam numa série de questões muito práticas, ou seja, por exemplo, perceber que a área da prevenção e da formação para desastres naturais é muito significativa e muito importante. Nós estamos a falar de áreas que têm desertos e que levam a que a população não tenha aquilo que são os recursos básicos de sobrevivência. Olhamos, por exemplo, para a mobilidade das populações em função, precisamente, destas questões climáticas e a construção das instituições do Estado que dizem respeito à componente militar, ou seja, às Forças Armadas. E isso a NATO faz há muito tempo, tem um anual muito, muito, muito grande, para além, depois, de outras capacitações do ponto de vista militar. Portanto, nós fizemos mais de 140 recomendações, mas é importante explicar que estas 140 recomendações são uma espécie de menu, ou seja, não é para executar, nós temos recomendações de curto, médio e longo prazo, portanto, 5, 10, mais de 15 anos, e que é para dar opções de escolha aos decisores. Consoante o contexto, consoante a necessidade, é claro que nós sabemos que nem tudo é possível fazer, mas é melhor ter. Um decisor deve ter sempre opção e capacidade de escolha e não ser confrontado com um caminho pré-definido a dizer é por aqui que se faz e assim faz-se bem. E foi isso que nós tentámos fazer com o relatório.

Ultimamente, após declarações do Presidente e Vice-Presidente dos Estados Unidos, tem-se dito que as relações transatlânticas chegaram ao fim. Mas será que realmente chegaram?

Não, eu acho que as relações transatlânticas não terminaram. Nós falamos muito sobre o impacto na Europa e a resposta da União Europeia, mas desde que começámos a debater as potenciais consequências desta segunda administração Trump, a minha convicção, resultado daquilo que é a minha experiência e a minha investigação, que o principal impacto vai dar-se na Aliança Atlântica. E vai dar-se na Aliança Atlântica, porque a NATO é uma aliança política e militar que depende exclusivamente da unanimidade. E, portanto, para qualquer coisa ser feita, e os modelos de discussão, passam obrigatoriamente pela unanimidade dos 32 aliados. E destes 32 aliados, tanto vale um voto, digamos assim, dos Estados Unidos, da Turquia, de Portugal, de qualquer um destes Estados membros. Estou a falar por termos diferentes dimensões, do Reino Unido, da Dinamarca. E, portanto, a Aliança Atlântica fica, desde logo do ponto de vista político, muito condicionada, porque a forma como se discute é convencer todos os aliados que aquela é a boa decisão, porque tudo é decidido por unanimidade.

O segundo grande condicionamento é que a presença norte-americana na NATO é muito alargada e em todas as áreas. Tudo o que diz respeito à estrutura militar da Aliança Atlântica foi construída com base nas capacidades, no *know-how* e da projeção norte-americana. E isto significa que toda a nossa forma de funcionamento, mesmo nos Estados europeus, por exemplo, a socialização e a formação das Forças Armadas portuguesas no período democrático, faz-se em função daquilo que é o funcionamento, o treino, a doutrina da Aliança Atlântica. Ora, se isto, por um lado, facilita porque os membros da Aliança Atlântica estão treinados da mesma maneira e isto permite fazermos igual e pensarmos, do ponto de vista da doutrina, igual, por outro lado, isto significa que nós assentamos muito as nossas capacidades naquilo que os Estados Unidos têm na Europa e que tanto funciona ao serviço da Aliança Atlântica como funciona exclusivamente para os Estados Unidos. Portanto, os comandos norte-americanos, por exemplo, o comando que está em Itália e que coordena as operações marítimas para o Médio Oriente e para o Mar Vermelho, tanto é um comando conjunto da NATO como é um comando norte-americano. E, portanto, isto está profundamente interligado. Nós começámos a assistir este fim-de-semana àquilo que também não é surpreendente, que é as mudanças no Pentágono, a mudança do Chefe de Estado-Maior General, o equivalente aos nossos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas nos Estados Unidos, e isso é muito disruptivo para quem está na Aliança Atlântica e quem recebe orientações do Pentágono e da Administração.

Eu acho que a NATO vai passar momentos muito difíceis, porque isto não é uma questão estritamente financeira. É muito fácil entender a questão dos 2%, dos 5% do investe e não investe, mas é muito mais do que isso. É a forma de trabalhar, é aquilo que se pode fazer, é a preparação das missões na Roménia, preparar aquilo que a

Polónia precisa, que é garantias de segurança, é a vigilância e a presença da NATO nos Bálticos, e tudo isto é feito todos os dias. Portanto, é muito mais do que a questão dos 2% ou dos 5% ou do investimento. A Aliança Atlântica vai passar por momentos muito difíceis, precisamente por assentar na estrutura e na capacidade dos Estados Unidos do ponto de vista militar e por depender desta unanimidade do ponto de vista político, mas não me parece que as relações transatlânticas terminem. Porque são muito mais estruturais do que isso.

Que outros desafios é que a NATO enfrenta?

Eu acho que a NATO vai enfrentar um conflito interno, precisamente com a questão de até que ponto é que a NATO vai estar presente e em que modos, e isto, é importante ficar claro, isto não se cinge à Ucrânia. Porquê? Porque a questão dos Bálticos e a questão da presença das forças da NATO na Roménia, estou a dar dois exemplos, não só pela proximidade geográfica, mas onde Portugal participa activamente, seja na vigilância aérea dos Bálticos, seja nas forças terrestres na Roménia.

Até que ponto é que estas negociações, primeiro, bilaterais, e é importante que isto fique esclarecido, o que aconteceu na Arábia Saudita são relações bilaterais Estados Unidos-Federação Russa, que têm impacto na Ucrânia, óbvio, mas são relações bilaterais. Donald Trump funciona muito melhor em bilateral do que em multilateral. Portanto, para ele, o que aconteça no âmbito da Aliança Atlântica é praticamente irrelevante, a não ser no que diz respeito ao financiamento. Porquê? Porque implica compra de armamento à indústria norte-americana e a ajuda à Ucrânia é uma ajuda que passa pela transferência de armamento, e portanto implica a aquisição à indústria militar norte-americana. Do ponto de vista operativo, da operacionalização militar, é muito pouco relevante para aquilo que são as formas de visão de Donald Trump em relação à NATO. A ideia de Donald Trump em relação à NATO foi, assim, no primeiro mandato, e não me parece que seja diferente no segundo, um reduzir os custos que a NATO representa para o orçamento dos Estados Unidos, aumentar as receitas dos Estados Unidos, através da sua indústria militar e das contratações de empresas, podem não ser exclusivamente militares, e que vêm da Aliança Atlântica. Portanto, diminuir custos, aumentar receitas. Como fórum político, sendo multilateral, é muito irrelevante, porque ele não reconhece à negociação e à cooperação uma mais-valia em função do sítio onde ele é mais forte que é no bilateral. Isto significa que esses desafios da NATO vão acontecer na Ucrânia. Mas atenção, a NATO não fornece diretamente ajuda à Ucrânia. O que a NATO está a fazer neste momento, e falo desde a segunda metade de 2024, é coordenar a ajuda militar que os aliados dão bilateralmente à Ucrânia. Não há capacidades da NATO a serem transferidas e não há presença, mesmo que do ponto de vista da representação política, da NATO na Ucrânia. Porquê? Porque isso implicava abrir a porta à presença da NATO e, portanto, à resposta da Federação Russa. E esse vai ser o desafio, que é perceber como é que a NATO, não só neste mecanismo de coordenação da ajuda militar à Ucrânia, da formação das tropas para a utilização de

equipamentos, que é o que a NATO está a fazer nesta altura, mas, sobretudo, como é que a presença das forças da Aliança Atlântica nos Bálticos, na Roménia, aquilo que se chama a proteção do flanco leste de aliados já de pleno direito da NATO, como é que isso vai funcionar em função da negociação dos Estados Unidos com a Federação Russa e da negociação no âmbito político entre a Federação Russa, a Ucrânia e quem vem a estar sentado à mesa das negociações.

O segundo desafio é o desafio que está para além do flanco leste. E o desafio que está para além do flanco leste significa o Ártico. Porque tudo o que diga respeito à proteção das rotas de fornecimento, das chamadas cadeias de fornecimento, e que tendem a acontecer também na zona do Ártico, para além de tudo o que podemos falar em termos de exploração de recursos, a verdade é que o Ártico ganha um significado muito grande quando é permitida a circulação do ponto de vista marítimo e quando, na lógica do Atlântico Norte, nós passamos a ter infraestruturas críticas como os cabos submarinos, que nos permitem ter internet, nos permitem ter capacidade de comunicação e infraestruturas críticas como o fornecimento energético através dos gasodutos. Quando nós falamos na Aliança Atlântica e na NATO, nós falamos muito a guerra na Ucrânia, capacidades militares em missões. Mas é bastante mais do que isto e é preciso negociar tudo o que seja a aplicação de capacidades da NATO para isto.

E esses vão ser desafios muito significativos, para além do que possa vir a acontecer no âmbito do flanco sul, o Sahel tem uma situação trágica, do ponto de vista humanitário e do ponto de vista do funcionamento. E a NATO tende a não estar presente e a não interagir até ao momento em que olhemos, de facto, com a importância que tem para a questão da Líbia e para a influência que tem no sul da Argélia, na Tunísia e até mesmo na dimensão de relação com o conflito no Sudão, Eritreia, etc. E portanto, o Sahel já é assim, vai continuar a ser e vai continuar a agravar, mas a NATO está mais preocupada com aquilo que é a sua ameaça existencial neste momento vindo da componente da Ucrânia, não esquecer que no flanco sul, e em particular na Líbia e no Sahel, a presença da Rússia através do Afrika Korps, que é o sucessor da Wagner, é brutal, é muito grande. São substitutos das forças armadas dos estados do Sahel, desde o Mali, a República Centro-Africana, no Chade, e portanto, isso representa, primeiro para as populações que sofrem de uma violência inimaginável, e depois para aquilo que são as relações e a garantia de funcionamento daquelas sociedades e de potencial construção de um Estado que claramente não existe.

Voltando um pouco atrás na relação dessa cooperação também dentro da NATO, de que forma é que ela se interliga depois com a Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, e o que é que as distingue também e de que forma é que elas se complementam, uma vez que são instituições e organizações internacionais diferentes, mas que são compostas pelos mesmos países?

São praticamente compostas pelos mesmos países. A grande diferença dentro dos membros da União Europeia está na Irlanda e na Áustria, que não estão na NATO, tal como o Chipre, e portanto essa semelhança é muito significativa. Depois no âmbito da Aliança Atlântica, claramente, para além dos Estados Unidos, a importância está no Reino Unido e na Turquia. A União Europeia cresceu naquilo que é a política comum de segurança e defesa e agora naquilo que nós vamos falando como potencial União da Defesa, com duas orientações significativas.

A primeira é que é exclusivamente intergovernamental, ou seja, ao contrário de todas as outras políticas que têm níveis diferentes de relação entre a intergovernamentalidade, ou seja, a decisão exclusiva dos Estados, e uma parte comunitária que pode passar para instituições, designadamente a decisão do Conselho e do Parlamento do ponto de vista legislativo ou da Comissão do ponto de vista executivo. Tudo o que diga respeito à matéria de defesa está na exclusiva competência dos Estados, ou seja, não há legislação que, pela letra dos tratados, que tenha, digamos assim, impacto que possa ser feita no âmbito da defesa. Não há competência da Comissão Europeia no âmbito da defesa e não há competência decisória do Parlamento. O Parlamento pode aconselhar, o Parlamento pode recomendar, mas, na verdade, não há monitorização, responsabilização democrática do Parlamento em relação à defesa. Portanto, a defesa é o que nós chamamos o último bastião da intergovernamentalidade. Ela é da competência exclusiva dos Estados-membros. Ora, porquê? Primeiro porque nós temos um trauma com a defesa, com o fracasso da Comunidade Europeia da Defesa no final da década de 50, mas sobretudo pela pergunta que fazia, que é a relação entre a União Europeia e a Nato, porque desde o início que há uma divisão de entendimento em que a Nato deve ser a base da defesa europeia e a União Europeia a complementaridade. E foi isso que aconteceu ao longo destes 60 anos. Por outro lado, deve a União Europeia, e a componente exclusivamente europeia, a ter o que agora se chama autonomia estratégica.

O que me leva à segunda caracterização. A componente de defesa cresceu exclusivamente para a gestão de crises. Portanto, gestão civil de crises, em primeiro lugar, porque tem uma forte componente do humanitário e da cooperação para o desenvolvimento, porque vem do orçamento comunitário, e portanto havia dinheiro para fazer missões. Depois acrescenta-se aquilo que é mais recente na história da União Europeia, que é a dimensão das missões militares, e estas missões militares são essencialmente missões de treino e missões de formação de estruturas. Portanto, missões executivas, aquilo que nós chamamos as missões mais diretas entre forças armadas dos Estados da União Europeia e forças armadas locais, cingem-se àquilo que é a preparação de forças militares no seu próprio território e para fazer aquilo que é a construção das instituições do Estado das Forças Armadas. Nós temos muito pouco na União Europeia, para não dizer praticamente, nenhum de missões exclusivamente de combate. Não há. Mas as forças armadas dos Estados-membros são as mesmas que fazem missões de combate na NATO.

E aquilo que se coloca agora é a noção de esta complementaridade entre a União Europeia e a NATO. Esta é a minha interpretação enquanto investigadora, do ponto de vista empírico, não há forma de não ser complementar, porque as forças armadas são as mesmas. As forças armadas portuguesas estão ao serviço da NATO como estão ao serviço da União Europeia. Os recursos humanos, as capacidades humanas e as capacidades militares no sentido de equipamento são os mesmos. Eu não tenho duas forças armadas diferentes ou efetivos militares, são os mesmos e a mesma coisa acontece na Espanha, na Itália, na Alemanha, na Dinamarca, que tem o *opt-out* da Defesa, vamos ver se vai continuar assim no âmbito da União Europeia, mas os Estados têm as mesmas forças armadas, com a mesma formação, o mesmo treino e a mesma capacitação. E aquilo que agora se discute no âmbito da União Europeia é, vamos, ou não, aumentar as nossas capacidades próprias, porque na NATO, como eu dizia na outra pergunta, nós temos a base dos Estados Unidos que permite o funcionamento do ponto de vista de comando e controle e do ponto de vista das capacidades militares para. No lado da União Europeia não. Precisamos claramente do Reino Unido e precisamos de ter uma forma de relacionamento com o Reino Unido, porque as forças armadas do Reino Unido estão muito bem capacitadas, do ponto de vista comparativo, e não só na capacitação de equipamento, mas também no noal. Ponderar a relação com a Turquia, porque a Turquia tornou-se das maiores indústrias do ponto de vista militar no âmbito da Aliança Atlântica ao longo da última década, aumentou muito a capacidade nas indústrias militares. O Reino Unido é uma das maiores indústrias militares também.

Se é para fazermos isto, como e com que modalidade de financiamento? Porque há uma questão que eu gosto sempre de explicar, que é: a União Europeia nasce de um projeto socioeconómico, é um projeto político, naturalmente, mas é um projeto de reconstrução das sociedades europeias, em que a prioridade dada ao modelo social europeu e ao Estado Social é, precisamente, pela necessidade de reconstrução das sociedades europeias, e é essa reconstrução social, do ponto de vista do modelo social e do ponto de vista do Estado social, que permite a paz na Europa. Quando nós dizemos que a União Europeia e os europeus não olharam para a dimensão militar e olharam exclusivamente para o modelo social, é exatamente por termos conseguido pacificar as sociedades europeias, através do modelo social europeu, da noção de progresso e de bem-estar, que conseguimos consolidar essa pacificação. Podíamos ter equilibrado melhor a noção do Estado social e a noção do investimento em capacidades militares? Podíamos, mas há uma explicação. Se eu tenho um horizonte de médio e até do ponto de vista normativo, de longo prazo, de ausência de guerra na Europa, eu tenho que fortalecer aquilo que me garante a sobrevivência e a sustentabilidade das sociedades, que é componente do modelo social europeu, e não a questão do investimento do ponto de vista militar. E agora somos confrontados com um desequilíbrio absoluto. O que as sociedades têm que discutir, as sociedades dos Estados-membros da União Europeia, é, isto não é um ou outro. Nós não estamos perante, nem podemos ser colocados perante, a noção de ou se faz uma coisa ou se faz outra coisa. Nós temos que encontrar mecanismos que per-

mitam criar soluções políticas que permitam um equilíbrio. Não é fazer as duas coisas na mesma dimensão, porque isso é, realisticamente, impossível do ponto de vista financeiro. E um equilíbrio que assente, em primeiro lugar, por uma rentabilização e uma eficácia no investimento do ponto de vista militar e do ponto de vista do duplo uso civil-militar, e, portanto, se temos 27 Estados a gastar em coisas iguais, mas de forma dispersa, isso é um gasto absurdo. É possível fazer uma redução de custos se aumentarmos as economias de escala, ou seja, se comprarmos em conjunto, e se nós comprarmos todos juntos, fica mais barato. É isto. É comprarmos as mesmas coisas em conjunto para termos capacidade de escala e pagar menos. Isto é difícil de fazer? É, porque cada um quer as suas próprias coisas e estamos programados do ponto de vista histórico e de cultura estratégica e de cultura militar para cada um ter o seu porque o outro é o nosso inimigo. O outro Estado europeu. Não podemos esquecer isso.

Sugeria agora passar para uma outra realidade geográfica que já abordámos logo na primeira questão, que foi Médio Oriente com 7 de Outubro. Chegámos agora a um cessar-fogo, numa primeira fase, mas o que é que podemos esperar desta primeira fase? E eventualmente vamos chegar à segunda fase?

Está quase a acabar, acaba no dia 2, mas não lhe sei responder. Eu acho que é importante sermos muito honestos quando não sabemos. E nem posso dar aquela resposta que dou na aula aos meus alunos, que é, não sei, mas vou à procura, porque não há nenhum sítio onde eu possa procurar essa resposta. Eu acho que os últimos meses mostraram que a evolução no Médio Oriente pode ser muito rápida. Para onde é que nós podemos olhar com atenção? Para perceber o que é que pode acontecer, claramente, para a Arábia Saudita. Neste momento a Arábia Saudita é provavelmente o Estado do Médio Oriente mais importante do ponto de vista da decisão e da coordenação com os principais atores internacionais. Olharmos para aquilo que são, o que nós chamamos as dinâmicas internas, seja de cooperação, seja principalmente de competição, dentro da comunidade palestiniana, Gaza e Cisjordânia são duas entidades políticas que pela história dos últimos 20 anos, essencialmente desde as eleições que se realizaram em 2005, evoluíram em caminhos muito diferentes. Olhar para aquilo que é o posicionamento do governo de Israel, utilizar a expressão Israel é muito erróneo, porque Israel é um Estado, mas Israel tem um governo, tem uma sociedade muito plural. Quando eu digo que é erróneo, porquê? Porque parece que é tudo a mesma coisa. Israel tem, como muitos outros Estados, uma grande pluralidade de grupos e, portanto, a decisão do governo não é obrigatoriamente a decisão de todos os componentes da sociedade israelita. Eu acho que com aquilo que temos visto em termos dos reféns fica muito claro. Ou seja, há um debate interno na sociedade israelita, como há nas outras sociedades competitivas do ponto de vista político. E porquê é que eu digo isto? Porque o governo depende, o atual governo, depende daquilo que seja possível fazer com os Estados Unidos em relação a Gaza e cada vez mais em relação à Cisjordânia.

Lentamente, não no sentido cronológico, mas da atenção mediática, o que nós estamos a ver é uma intervenção militar das Forças Armadas Israelitas na Cisjordânia. Eu acho que a segunda fase que estava prevista para a continuidade do cessar-fogo implica a discussão de um modelo político para Gaza. E eu vejo com muita dificuldade como é que esse modelo político vai ser discutido, tendo em conta a ausência de entidades na comunidade palestina que tenham essa legitimidade para negociar e que sejam reconhecidas pelos atores internacionais, tendo em conta a ausência de vontade do governo israelita em sequer falar num modelo político para Gaza, e tendo em conta aquilo que foi a proposta de retirada da população palestina de Gaza, se bem que com o pressuposto declarado por sua vontade, mas conhecendo a história da comunidade palestina e o seu apego à terra e o peso que isso tem na componente identitária, vejo com muita dificuldade isso acontecer e, portanto, a falar numa retirada da população palestina de Gaza terá, obrigatoriamente, a existir uma componente de retirada forçada, contra o direito internacional.

De certa forma também já respondeu um pouco à próxima pergunta, sobre o que é que poderia acontecer ao governo de Netanyahu e à faixa de Gaza, no caso da reconstrução material?

O governo de Netanyahu, cada vez mais, vai ser pressionado internamente. Depois da recuperação dos reféns, mais cedo ou mais tarde, vai ser discutido o que aconteceu no dia 7 de outubro, o que é que permitiu, do ponto de vista das forças de segurança, de informações, como é que foi possível aquilo acontecer. Porque, e aqui Israel, enquanto Estado nas suas múltiplas dimensões, ficou absolutamente destruído na sua forma de proteção. Como foi possível uma coisa desta dimensão acontecer. Nós estamos a falar de entrada no território de Israel, por terra, por mar, por ar, a pé, de barco, de carro e de motociclo, portanto, é demasiado forte para a sociedade israelita conseguir, ainda com este tempo, começar. Isto é uma coisa que vai demorar décadas a sarar na sociedade israelita, porque a questão não é só o ataque, a questão dos reféns é muito sensível na comunidade israelita e há sempre o proposto debatido internamente na sociedade israelita, que é: nós não podemos recompensar o que aconteceu no dia 7 de outubro, portanto, qualquer negociação sobre modelo político ou criação de Estado palestino implica recompensar. Eu estou a falar na leitura interna na sociedade israelita, qualquer negociação sobre o reconhecimento de um Estado sobre o modelo político é recompensar o que aconteceu no dia 7 de outubro e, portanto, é preciso um trabalho muito significativo, que este governo não vai fazer, de sequer tornar isso aceitável e, obviamente, que depois do que aconteceu em Gaza, ao longo dos últimos 16 meses, não é só na comunidade palestina, mas, sobretudo, na comunidade palestina, o nível de revolta. Mas é mais forte do que isso, é muito grande e que não é só na comunidade palestina. Historicamente, a questão palestina é muito manipulada pelos regimes e pelas sociedades do ponto de vista político e, portanto, as imagens, aquilo que assistimos em Gaza e que é visível a todo o mundo através de telemóveis em vídeos de 15 segundos, é impossível não causar, pelo menos, uma janela para a radicalização. Estamos a falar no Médio Oriente e nas zonas onde esta radicalização

é possível, que são zonas das mais jovens do mundo do ponto de vista demográfico. Portanto, sim, vamos ter um problema sério para resolver nessa matéria.

Gostávamos de terminar com uma nota mais normativa, mais reflexiva. Tendo em conta o estado da ordem, ou da desordem internacional, de que nos falou, há esperança?

Claro, claro que há. Então deixem-me encaminhar isto num outro sentido. Eu estou neste momento a coordenar o primeiro ano de um projeto europeu, do Horizonte Europa, um projeto de investigação, que assenta naquilo que nós chamamos a teoria da mudança e a capacidade que a investigação e a docência e compreensão pedagógica têm de, ao envolver os jovens, desde o ensino básico à formação ao longo da vida, ao ensino superior, de, através desse sentimento de fazer parte, poder criar opções, propostas alternativas, que não sejam sempre as mesmas pessoas com as mesmas ideias a debater os desafios e as potenciais soluções do mundo. E é isso que me dá esperança, que é, nós olhamos para as elites políticas internacionais e percebemos que há não só um padrão no comportamento, mas um perfil que é sempre repetido. E isto significa que ouvimos sempre os mesmos. Eu que continuo a achar que sou jovem, já conheço, onde eu vou às reuniões e aos debates, etc., são as pessoas que eu encontro há 25 anos, que é o tempo em que eu trabalho. E eu acho que é possível, através do envolvimento daqueles a quem se destina o médio e o longo prazo, fazendo uma preparação e uma formação baseada em dados e informação validada, porque essa é a minha missão. É dizer: o conhecimento científico é importante, o conhecimento científico vale. O exemplo da União Europeia tem o *Science for Policy*, no caso da Nato tem o *Science for Peace*, ou seja, nós na universidade temos a obrigação de, para os nossos alunos na universidade, mas também através do impacto social, explicar a Ucrânia é importante porquê? O Médio Oriente é importante porquê? Aquilo que os Estados Unidos decidem é importante porquê? Desde logo porque afetam o nosso dia-a-dia no preço da gasolina, no chegar-nos o material de construção para as obras, ou no computador e naquilo que nos permite ter o bem-estar e a qualidade de vida. E, portanto, a esperança é possível. Nós temos é que olhar para aquilo, não que nós idealizamos, mas naquilo em que é possível fazer com os outros. E isso começa por ouvir os outros. Isto para ligar, o nosso relatório na Nato dizia exatamente isso. É possível fazer diferente, mas nós temos que ouvir os outros primeiro para depois podermos criar uma solução e foi isso que nós fizemos. Primeiro ouvimos os parceiros do Sul para depois criar as recomendações. A mesma coisa tem de ser feita de uma forma mais abrangente e eu tenho este posicionamento ontológico. Se eu perguntar a alguém, queres sobreviver ou queres viver melhor? As pessoas vão-me dizer eu quero viver melhor. E, portanto, há esperança por isso.

A Cimeira de Ação sobre Inteligência Artificial

Por Matilde Santos

O propósito da Cimeira

A Cimeira de Ação sobre Inteligência Artificial teve lugar nos dias 10 e 11 de Fevereiro, no Grand Palais, em Paris, e reuniu chefes de Estado, diretores de empresas tecnológicas, investigadores e membros da sociedade civil de mais de 100 países. O principal objetivo desta cimeira passou por estabelecer diretrizes de modo a aproveitar as benesses da inteligência artificial e, ao mesmo tempo, levar em consideração os riscos que lhe estão associados.

Quem esteve presente na Cimeira

Portugal esteve representado nesta Cimeira mundial por Margarida Balseiro Lopes, ministra da Juventude e Modernização. Por sua vez, os Estados Unidos estiveram representados pelo vice-presidente JD Vance, a China pelo seu primeiro-ministro Zhang Guoqing, a Comissão Europeia pela presidente Ursula von der Leyen e a Alemanha pelo chanceler Olaf Scholz. Também os presidentes da Estónia, da Letónia e da República Checa, os primeiros-ministros finlandês e canadiano e um secretário-adjunto das Nações Unidas marcaram presença nesta Cimeira.



Cimeira de Ação sobre IA, no Grand Palais, em Paris (foto: Sky News)

O papel da Índia

Esta cimeira foi coorganizada com a Índia, revelando-se como uma oportunidade de compromisso conjunto para desenvolver a ciência, soluções e padrões que garantam que a tecnologia serve o interesse público. Segundo o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, a Índia pretende assegurar que o Sul Global não é deixado para trás nesta revolução tecnológica, incluindo o próprio país com os seus 1,4 mil milhões de habitantes.

A bipolarização na IA

No decurso desta Cimeira, assistimos a uma crescente bipolarização entre os Estados Unidos e a China, que por motivos políticos, culturais e económicos, acabam por ter visões bastante divergentes a respeito da inteligência artificial. Neste contexto, o vice-presidente dos Estados Unidos apelou contra o uso da inteligência artificial por “regimes autoritários”. Posto isto, a China opôs-se à politização de questões que envolvam tecnologia. Nas palavras do porta-voz do MNE chinês Guo Jiakun: “Opomo-nos às práticas de categorização baseadas na ideologia, à generalização do conceito de segurança nacional e à politização das questões económicas, comerciais e tecnológicas”.

A África e a IA

Em África surgem queixas por parte dos trabalhadores relativamente às más condições de trabalho na área da inteligência artificial. Um dos trabalhos essenciais para o aperfeiçoamento desta é a introdução numa base de dados de temas, de situações e de dados. Esta tarefa é muito mal remunerada e as grandes empresas encontram uma elevada mão de obra a baixo custo, especialmente nos países africanos.

Os projetos anunciados na cimeira

Os debates tidos nesta Cimeira centraram-se na segurança dos sistemas de IA, no seu impacto no emprego e na necessidade de regulamentação internacional de modo a evitar excessos como o enviesamento algorítmico e a vigilância em massa. Neste sentido, foi lançada uma Plataforma e Incubadora de IA de Interesse Público, com o intuito de diminuir a cisão entre iniciativas públicas e privadas, além de se prestar apoio a projetos em aspetos como a transparência, a capacitação técnica e o desenvolvimento de modelos.

Igualmente, estabeleceu-se a construção de um Observatório sobre o Impacto Energético de IA, em parceria com a Agência Internacional de Energia, de modo a avaliar e promover sistemas energeticamente sustentáveis. Ainda, decidiu-se a criação de uma Rede de Observatórios sobre o Impacto Laboral de forma a antecipar as implicações da IA na educação, na formação e no trabalho. Por último, teve-se um consenso para o desenvolvimento de uma IA multilingue, assim como para o estabelecimento de um Painel Científico Internacional Independente sobre IA em que se harmonizem os esforços de governação que estão a decorrer.

A implementação concreta destas iniciativas será acompanhada mediante uma miríade de encontros internacionais, nomeadamente a Cimeira de Kigali, o Fórum Global sobre Ética da IA na Tailândia e a Conferência Mundial de IA 2025. Este calendário demonstra a urgência de um acerto internacional nesta matéria; não obstante, levanta questões quanto à capacidade de transformar as declarações em ações tangíveis.

O investimento privado

Os Emirados Árabes Unidos, mediante o fundo de investimento MGX, vão construir um centro de dados em França de um 1 GW dedicado a IA por 50 mil milhões de euros. Já o Fundo canadiano Brookfiel Asset Management vai investir 20 mil milhões de euros até ao ano de 2030 e 15 mil milhões serão investidos em centros de dados através da empresa Data4, sendo que está previsto um investimento adicional de 5 mil milhões em transferência de dados, chips de armazenamento e energia. A empresa britânica Fluidstack anunciou uma parceria com o governo francês com o intuito de projetar o maior supercomputador do mundo para IA em França, com uma capacidade até 1 GW. Um investimento embrionário nesta estrutura será de 10 mil milhões de euros. Já a empresa sueca Evroc vai construir a primeira fábrica de IA em Mougin, sendo possível arrecadar investimentos até 4 mil milhões de euros. Também a japonesa Telehouse afirmou um investimento de 400 milhões de euros, pretendendo colocar em funcionamento novos data centres especializados a partir do ano de 2026.



O Presidente francês e o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, estiveram presentes na cimeira (foto: Euronews)

A Declaração sobre IA Sustentável e Inclusiva para as Pessoas e o Planeta

A declaração final da Cimeira foi assinada por 60 países, incluindo a China, e estabeleceu uma nova orientação assente em três eixos: o avanço científico, o desenvolvimento de soluções com enfoque em modelos abertos de IA e o estabelecimento de diretrizes políticas concertadas a nível internacional. Os Estados Unidos recusaram-se a assinar esta declaração, assim como o Reino Unido.

A declaração pauta-se por uma IA aberta, inclusiva, transparente, ética, segura e fiável, almejando uma cooperação internacional. Posto isto, o Reino Unido postulou que só assina iniciativas que sejam do seu “benefício nacional” e, por sua vez, os Estados Unidos não pretendem este tipo de regulação, considerando-a como um obstáculo à inovação, num contexto em que a concorrência chinesa não cessa de crescer.

Uma reflexão sobre a Europa

Com esta Cimeira, a Europa procurou criar um terceiro bloco para equilibrar a influência da China e dos Estados Unidos, opondo-se veemente às intenções destes últimos, patentes no discurso do vice-presidente norte-americano JD Vance: "Não estou aqui para falar de segurança. Estou aqui para falar de oportunidade". Ademais, serviu para o presidente francês, Emmanuel Macron, reforçar a posição da França à escala mundial da IA, onde a start-up parisiense Mistral ocupa já um lugar de primazia. Com este objetivo em mente, o presidente francês anunciou um investimento de 109 mil milhões na construção de data centers. Nas palavras do próprio: "é tempo de acordar e ter uma estratégia europeia".

De um modo geral, a Europa detém as condições requeridas: uma forte tradição em matéria de segurança, instituições de investigação reconhecidas, além de um mercado linguístico diversificado. Esta mesma diversidade cultural e linguística poderia ser uma mais-valia no desenvolvimento de sistemas de IA mais inclusivos, assim como adaptáveis. Contudo, carece de um plano para desenvolver e comercializar a IA nos seus termos próprios, tornando requisitos éticos em vantagens competitivas.

O investimento europeu na IA incluirá 150 mil milhões de euros provenientes da EU AI Champions Initiative, sendo que esta é encabeçada pela General Catalyst, que detém a sua sede nos Estados Unidos. Dito isto, muitas *start-ups* europeias têm sido lideradas por empresas norte-americanas, sendo necessário criar produtos de escala global a partir da União Europeia o que, por sua vez, gerará valor económico e emprego.

Assim que a Cimeira terminou, a Comissão Europeia abandonou a proposta de diretiva que deveria complementar o AI Act com responsabilidades acrescidas para os fornecedores dos algoritmos que provocam dano. A este respeito, o Papa Francisco pronunciou-se: "espero que os trabalhos das futuras cimeiras, que deverão seguir esta, examinem mais pormenorizadamente os efeitos sociais da inteligência artificial nas relações humanas, na informação e na educação". Talvez não estejamos verdadeiramente prontos para o que aí vem, sendo que "nem sequer estamos prontos para o presente", como frisou António Guterres.

Operação Gladio e loja maçónica P2

Por Johan Schäfer

Parte 1 de 3 Artigo de opinião e de investigação

Um tema tão profundo e complicado merece um grande *disclaimer* à partida, para evitar confusões e permitir ao leitor enquadrar as suas esperanças, mas simultaneamente as limitações das mesmas para com este artigo. Embarcando no "pântano" da desinformação, manipulação e ilegalidade que inevitavelmente envolve sempre tudo relacionado com os serviços secretos, o objetivo deste texto reside em revelar tendências inegáveis de criminalidade levada ao cúmulo, completamente desconhecidas à esmagadora maioria da população. Portanto, evita relatar com demasiado pormenor casos específicos, que consequentemente estariam facilmente sujeitos à incorreção e alteração dos "factos" que alegam conter. Em vez disso, incide sobre desenvolvimentos reveladores e melhor comprováveis. Pretende divulgar uma explicação tão simples quanto possível, adequando-se a um público-alvo que nunca ouviu falar deste conjunto de acontecimentos, todos devidamente comprovados dentro da medida necessária nesta área.

É fulcral o leitor mentalizar-se que a máxima absoluta da *intelligence* reside em conseguir negar de forma convincente a autoria das suas ações. Consequentemente, é muitíssimo complicado responsabilizá-la pelo que quer que seja, a não ser que a própria o pretenda, sendo raro isto acontecer.

O artigo revela como conspirações transversais e profundas são omitidas à sociedade. No entanto, é fulcral evidenciar que a designação polémica de "conspiração" neste contexto será usada como sinónimo de um conjunto de indivíduos organizados secretamente. Têm como objetivo alcançar e manter o controlo político, económico e social dos Estados. Tudo isto encontra-se baseado em provas empíricas, distanciando-se por isso claramente de todas as designadas "teorias de conspiração". Este termo é usado atualmente como uma mera *buzzword* propagandística, sem significado inerente (tanto do lado dos apoiantes como dos críticos). Considera-se deveras útil para por vezes denegrir certos movimentos e suas causas. No entanto, é óbvio que muitas delas carecem de uma base racional e factual.

Recorre-se a esta temática histórica devido à retirada do "véu da propaganda", que envolve muitos dos acontecimentos atuais e manipula assim as percepções da população. A ausência parcial do mesmo (porque toda será impossível em temas

realmente impactantes) permite a oportunidade de tentar reconstruir as causas e consequências que envolvem estes tópicos.

Toda a informação apresentada reside em fontes factuais, mas tendo em conta o contexto inevitavelmente manipuláveis. Devem ser sempre consideradas as vantagens que cada informante tem, em proporcionar certas informações num determinado momento. Apesar disso, são o mais confiáveis possíveis. Os temas abordados estão sobreproporcionalmente bem descodificados, sendo por isso realista ter uma vaga ideia do que poderá ter acontecido. Daí se extrapola no entanto, que o número de operações que não foi nem nunca virá a ser revelada ao público é inimaginavelmente elevado, apelidada de *dark figure*. Deve ser sempre tida em conta na investigação de temas que envolvam algum tipo de secretismo, ou seja ainda atualmente toda a política internacional.

Este texto pretende por fim possibilitar ao leitor uma visão apropriada, crítica e renovada acerca de toda a organização societal da qual fazemos parte até à data. É recomendável o leitor distanciar-se (momentaneamente) de todo o conhecimento político adquirido, de modo a conseguir enquadrar melhor a informação que se segue.

Iniciando a contextualização histórica, é importante recordar os últimos anos da 2^a guerra mundial. Verificou-se o declínio irremediável das Forças do Eixo fascistas, representadas na Europa ocidental pela Alemanha nazi e a Itália de Mussolini. Com o recuar das tropas, as forças Aliadas, especialmente as americanas, detetaram uma janela de oportunidade demasiado valiosa para não ser aproveitada: com o Eixo derrotado, era necessário preocupar-se com a ameaça à sociedade dita democrática liberal e consequentemente capitalista - o comunismo, representado em primeira linha pela União Soviética. Para alcançar este objetivo, tornava-se deveras útil uma possível cooperação com as máfias italianas e francesas, sendo o contacto facilitado pelos serviços especiais nazis. É de notar que isto ainda ocorreu durante a guerra, levando portanto a questões cínicas acerca destas ligações aparentemente impossíveis (mafiosos, nazis e serviços secretos supostamente a representar Estados democráticos). Todas estas seguiram uma regra relativamente simples: "para combater a abominação comunista, todos os métodos são válidos", pouco importando o quanto hipócritas, ilegais ou desrespeitadores dos direitos humanos eles fossem.

Após 1945, a Guerra Fria não tardou a impor a denominada cortina de ferro, que dividiu o mundo em dois blocos durante mais de quatro décadas. Do ponto de vista realista ocidental, os nazis derrotados suscitaram inúmeras oportunidades que possibilitavam alcançar uma vantagem nesta confrontação. Dispunham de conhecimentos excepcionais sobre todo o aparelho militar soviético, assim como a geopolítica dos Estados do leste (pois tinham estado em guerra há escassos anos). Para além disso, e apesar da derrota sofrida, a tecnologia bélica desenvolvida pelos

países fascistas era interessantíssima para os Estados Unidos expandirem o seu poder global.

Estes pressupostos esclarecem a amnistia jurídica, em junção com o encobrimento político proporcionado pelas potências ocidentais ocupantes (França, Reino Unido e EUA) aos mais altos funcionários do exército, serviços secretos, polícia, burocracia e investigação científica do aparelho nazi. Mas não ficando por aí, os novos comandantes eram obrigados a manter a sua "mão protetora" sobre os fascistas perseguidos, auxiliando-os em todas as desventuras vividas no mundo da criminalidade. Um exemplo bem investigado desta tendência trata de Reinhard Gehlen, durante a guerra chefe de batalhão do exército nazi na frente soviética. Posteriormente foi recrutado pela CIA para criar uma organização secreta que agregava todo o tipo de elites anticomunistas. Esta mais tarde seria expandida para criar o Bundesnachrichtendienst (BND, serviço secreto externo da República Federal Alemã e da Alemanha atual). É responsável por crimes que vão desde o tráfico de drogas e armas em larga escala, passando por lavagem de dinheiro e chegando ao assassinato de políticos, ativistas e jornalistas considerados ideologicamente inoportunos. Escusado será dizer que estas alianças desconhecidas ao público colocam uma luz profundamente duvidosa na chamada "desnazificação", propagandeada a partir de 1945 pelas forças aliadas. O mesmo se aplica aos considerados históricos processos de Nuremberga, decorridos entre 1945 e 1949. Foram o tribunal principal de condenação de nazis por crimes de guerra, limpezas étnicas e crimes contra a humanidade, entre muitos outros. Concluindo, do ponto de vista das potências que procuram maximizar o seu poder, os piores criminosos dispõem de capacidades irrecusáveis. Uma cooperação secreta entre ambos, mutuamente benéfica, encontra-se quase sempre.

Na análise profunda do sistema internacional, chega-se à seguinte conclusão: todos os atores (democráticos, autocráticos, teocráticos, Estados falhados, exércitos, grupos terroristas, mafiosos, empresas multinacionais, serviços secretos, etc.) negoceiam, traficam entre si e cometem ilegalidades. A questão é que quando isto não é feito oficialmente, será pela via do secretismo. E é por esta via que passam praticamente todos os temas realmente importantes, que definem o mundo. A população comum, quanto muito, é informada posteriormente e de forma extremamente enviesada. Os embargos, sanções, tarifas, as alegadas divergências ideológicas transmitidas às populações não resistem a uma verificação mais precisa, pois são obscuramente ignorados e contornados. Apenas servem para proporcionar às massas uma sensação de "nós contra eles, bons contra maus", assim como aparentemente se age contra os opositores. E terminando o raciocínio, as melhores formas de os alcançar estão inevitavelmente ligadas ao crime. Na maioria das vezes, isto consiste no financeiro ou no tráfico, para não falar de "ilegalidades legais" como os paraísos fiscais. Infelizmente, tudo isto deixa pouco espaço para qualquer tipo de idealismo e valores que muitas pessoas, especialmente jovens, têm (e bem!) até entrarem eles mesmos no sistema que define o mundo.

www.portugaldiplomatico.com